



A extensão universitária na Universidade Estadual de Campinas: os cursos de extensão em debate

The university extension in the State University of Campinas: the extension courses in debate

Evandro Coggo Cristofoletti
Doutorando em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas
evandro.coggo@gmail.com

Milena Pavan Serafim
Professora Doutora de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp.
milenaserafim@gmail.com

RESUMO

O objetivo do estudo é investigar como se dá a relação entre a Unicamp e os diferentes setores da sociedade através dos cursos de extensão. Metodologicamente, revisou-se a história da extensão no Brasil, buscando identificar como os cursos de extensão se enquadravam diante das diversas concepções e das experiências de extensão desenvolvidas. Empiricamente, operou-se uma descrição e uma análise dos cursos de extensão, focando-se no desenvolvimento histórico desses e na inserção da modalidade no contexto da extensão universitária e comunitária da Unicamp. Como resultados, descobriu-se que os cursos se alinham às concepções extensionistas relativas à divulgação científica e à transferência de conhecimentos, dentro de um panorama de prestação de serviços e formação para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Cursos de Extensão; Unicamp; Educação Continuada; Universidade e Sociedade.

ABSTRACT

The aim of the study is to investigate the relationship between the State University of Campinas (Unicamp) and the different sectors of society through the extension courses. Methodologically, we reviewed the history of extension in Brazil, trying to identify how the extension courses fit the different conceptions and extension experiences developed. Empirically, a description and analysis of the extension courses was carried out, focusing on its historical development and the insertion of this modality in the context of the university and community extension of Unicamp. As a result, the courses were found to be aligned with conceptions related to scientific dissemination and transfer of knowledge, within a framework of providing services and training to the labor market.

Keywords: *Extension courses; Unicamp; Continuing Education; University and Society.*

INTRODUÇÃO

Os cursos de extensão configuram-se como uma das principais modalidades extensionistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Diante disso, o objetivo da pesquisa é investigar como se dá a relação entre a universidade e os diferentes setores da sociedade através dos cursos de extensão. Algumas perguntas motivam o estudo: 1) a quem os cursos de extensão se destinam, quais conhecimentos são ofertados e como ocorre a interação entre universidade e os segmentos sociais por meio deles? 2) Essa modalidade extensionista se aproxima de quais perspectivas conceituais e históricas da extensão? 3) Como esta modalidade se insere na totalidade extensionista da Unicamp?

Metodologicamente, o estudo teve como base uma revisão da bibliografia acadêmica acerca da extensão universitária no Brasil, bem como alguns documentos e legislações que versam sobre o tema. Foram identificadas algumas das principais práticas/políticas extensionistas e as concepções e os conceitos que as embasam. Para guiar esta abordagem histórica, deu-se ênfase nas experiências que apresentavam, em alguma medida, a extensão materializada sob a forma de cursos. Além disso, considerou-se como central a extensão praticada nas universidades públicas e/ou nas legislações e atores relacionados a este tipo de instituição.

Ao mesmo tempo, o estudo buscou descrever a trajetória dos cursos de extensão na Unicamp a fim de caracterizá-los e analisá-los. Para isso, procedeu-se uma abordagem histórica acerca do desenvolvimento da própria extensão universitária na Unicamp, procurando localizar os cursos de extensão dentro do projeto de universidade pelo qual a instituição nasce e se desenvolve. Dentro deste panorama, estudou-se a constituição e a atuação da Escola de Extensão da Unicamp (Extecamp) responsável por gerenciar tais cursos. Foram utilizados, como fonte de dados, os principais documentos produzidos pela universidade e pela própria Escola de Extensão – tais como normas, estatutos, catálogos de cursos, relatórios de avaliação institucional, site institucional, materiais de divulgação, notícias, textos, dentre outros –, além da bibliografia acadêmica que já havia tratado da temática ou de assuntos tangentes.

É bom esclarecer que a denominação “cursos de extensão” foi utilizada para designar uma ampla gama de modalidades de cursos, quais sejam: 1) Cursos de Extensão, com carga mínima de 30 horas-aula; 2) Cursos de Especialização Técnica em nível de 2º Grau; 3) Cursos de Atualização Universitária; 4) Cursos de Difusão; 5) Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, modalidade extensão universitária¹.

¹ Os cursos de extensão da Unicamp não seguem as deliberações do Ministério da Educação (sobretudo à Resolução CES/CNE n° 01 de 2007, que regulamenta os cursos de pós-graduação lato e strictu sensu no país) relativas aos cursos de educação continuada enquadrados nas categorias de especialização. Os cursos de especialização foram desvinculados, pela Unicamp, do status de lato sensu e, por isso, obedecem às normas internas da universidade e são considerados como extensão.

O artigo está dividido da seguinte forma: segue-se para um tópico de debate histórico e teórico, o qual procurou identificar as diferentes concepções e experiências de extensão observadas na trajetória extensionista praticada no Brasil, focando-se na inserção dos cursos de extensão nesse percurso. O intuito deste item não é fazer uma revisão histórica e teórica pormenorizada, mas sim destacar – exemplificar – algumas iniciativas e concepções de extensão úteis à análise do objeto de estudo. No item seguinte, os resultados da pesquisa serão expostos. Este item procura responder as perguntas de pesquisa exposta anteriormente. Por fim, os resultados do estudo são sumarizados na conclusão do artigo.

OS CURSOS DE EXTENSÃO DIANTE DAS PRÁTICAS E CONCEPÇÕES EXTENSIONISTAS

É possível dizer, retomando Souza (2010), que os cursos de extensão se constituíram historicamente como projeção da função ensino à comunidade externa sem acesso às atividades regulares de formação – motivo pelo qual, em muitos casos, são conhecidos como práticas de educação continuada, englobando uma diversidade de modalidades de cursos. Com efeito, se retomarmos a bibliografia que, em alguma medida, historicizou a extensão universitária no Brasil, notaremos que a extensão, materializada em formato de cursos, sobrevive ao longo do tempo, logrando adesão significativa nas universidades (Batista e Kerbauy, 2018; Cunha, 1980; Fagundes, 1985; Fraga, 2012; Fraga, 2017; Gurgel, 1986; Ireland, 2002; Melo Neto, 2001; Paula, 2013; Pimentel, 2015; Souza e Oliveira, 2018; Souza, 2010).

Nesta trajetória, devem ser consideradas as diferentes formas de oferecimento, intenções e objetivos, concepções e atores envolvidos – acadêmicos e não acadêmicos –, bem como os fatores e determinantes conjunturais e estruturais dos quais as universidades fazem parte para que os cursos possam ser analisados e debatidos.

No Brasil, por exemplo, a Universidade Livre de São Paulo (1911) foi um dos primeiros estabelecimentos de ensino superior a desenvolver atividades extensionistas no país (Cunha, 1980; Souza, 2010). Sob influência do positivismo, a instituição criou uma “universidade popular” com o objetivo de ministrar conferências e cursos semanais – gratuitos e abertos – à população sem acesso à universidade. Os temas palestrados eram decididos livremente pelos docentes, sendo geralmente “rebuscados” e pouco conectados à realidade da população, que pouco os demandava.

Já em 1931, promulgou-se o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31), cuja intenção foi organizar o ensino superior do país e estabelecer os fundamentos à constituição das universidades, que

basicamente deveriam realizar ensino e pesquisa (Fávero, 2006). A extensão se apresentava também sob a forma de cursos, prevalecendo a ideia de transmissão de conhecimentos técnicos e científicos à população, dentro de um arranjo destinado à propagação da ideologia dominante – que acompanhava os passos da modernização caracterizada pelo processo de substituição de importação, centralização política e reformas no Estado (Fagundes, 1985; Gurgel, 1986).

Estes exemplos, além de mostrarem que os cursos de extensão estavam presentes em algumas práticas iniciais desta função acadêmica no Brasil, podem revelar determinadas concepções extensionistas presentes ainda hoje nas instituições de ensino superior no Brasil. Como destacam Serrano (2013), Oliveira e Goulart (2015) e Melo Neto (2001), muitas experiências de extensão caracterizam-se pela concepção da transmissão vertical de conhecimento, partindo de um pressuposto de “superioridade, messianismo e assistencialismo” por parte dos agentes que a realizam; no sentido de ilustrar a população e repassar conhecimentos muitas vezes pouco úteis aos problemas e realidades concretas.

Dessa forma, são os acadêmicos que, em grande medida, escolhem o que transmitir, como transmitir e a quem transmitir conhecimento. Mesmo as universidades populares estariam perpassadas por estas características, trazendo, muitas vezes, um viés assistencialista e de prestação de serviços. É bom esclarecer que estas análises são inspiradas em Paulo Freire, sobretudo no livro *Extensão ou Comunicação* (1983), no qual faz um exame crítico sobre o termo e práticas tradicionais de extensão – como assistência técnica a comunidades rurais –, que seriam carregadas de valores que pressupõe as comunidades como objetos sem capacidade cognitiva de construir conhecimento relevante, acarretando pouca conexão com os reais problemas e necessidades da população.

Por outro lado, merece destaque histórico a extensão praticada pelo movimento estudantil organizado, sobretudo pela União Nacional dos Estudantes (UNE), tido como principal ator extensionista nos anos 1950 e no início dos anos 1960 (Batista e Kerbauy, 2018; Fraga, 2017; Souza, 2010). De forma geral, a extensão praticada teve um traço militante e progressista, influenciada pelo manifesto de Córdoba, de 1918, e pautada pela tentativa de conexão estudante-trabalhador, bem como pelas pautas para a superação da dependência e do subdesenvolvimento.

Apesar de iniciativas estudantis importantes no campo da extensão desde 1938 – com a criação de universidades populares e cursos de extensão –, destacamos a Declaração da Bahia, em 1961, que traçou um perfil de universidade que voltasse sua atenção às chamadas necessidades da população – período esse marcado pela força das agendas das Reformas de Base. Nesta universidade projetada, os cursos de extensão fariam parte de uma gama de atividades extensionistas mais amplas e, sobretudo, dedicados à formação da classe trabalhadora, no sentido da conscientização de sua situação política, econômica e social. Assim, dever-se-ia oferecer

cursos extensão acessíveis dentro das universidades e fora dela, em bairros e comunidades, inclusive direcionados às lideranças sindicais e de movimentos sociais, bem como o desenvolvimento de programas de alfabetização de jovens e adultos.

O golpe militar de 1964 mudou radicalmente o cenário extensionista, bem como a direção das políticas educacionais antes implementadas, sendo norteados por projetos desenvolvimentistas conservadores e alinhados aos interesses da burguesia nacional e internacional. Segundo Souza (2010) e Fraga (2012), a extensão praticada pelos estudantes foi dispersada pelo Estado autoritário e redirecionada sob vias institucionais oficiais que objetivavam, ao mesmo tempo, conter a participação estudantil em movimentos políticos e direcioná-los a ser mão de obra em projetos extensionistas caracterizados pela prestação de serviços e pelo assistencialismo. Em linhas gerais, na visão de Fagundes (1985) e Gurgel (1986), a extensão praticada pelos militares era concebida de forma mais pragmática, voltada às comunidades desassistidas e orientada pela ideia da prestação de serviços. Destacam-se, nessa linha, o Projeto Rondon, os Centros Rurais de Treinamento (CRUTAC), a Reforma Universitária de 1968 e a institucionalização da extensão através da criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) (Souza, 2010; Gurgel, 1986; Batista; Kerbauy, 2018).

Os cursos apareceram, especialmente, na Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5540/68). Esta não será detalhada aqui. A orientação ideológica da Reforma, de maneira geral, inspirou-se nas recomendações norte-americanas ao ensino superior, orientada pelos princípios da racionalização e da eficiência administrativa nas IES públicas, e pela tentativa de implantação de mecanismos de gestão gerenciais, bem como da privatização de nichos específicos do ensino superior, além da reforma do sistema de pós-graduação (Minto, 2014). As universidades seriam responsáveis pela formação de uma “elite intelectual” e pela realização de pesquisas científicas. Souza (2010) nos lembra que é a partir desta Reforma que a extensão passa a ser incluída como função da universidade, mas ainda é pensada como prestação de serviços.

Os cursos, nessa linha, estavam presentes nos artigos 17, 18, 25 e 40 da referida Reforma (Lei nº 5540/68). Primeiramente, foram classificados como modalidades de cursos que um estabelecimento de ensino superior poderia ministrar; em segundo lugar, a organização de cursos poderia ser feita de acordo com as peculiaridades do mercado de trabalho regional, conectando-os a um ideal de prestação de serviços e de vinculação entre universidade-empresa. Souza (2010) e Nogueira (2005) pontuam que, se a extensão deve estender cursos e serviços, ela é vista como uma espécie de mediadora entre as funções pesquisas (serviços), ensino (cursos) e a sociedade, reforçando um ideal assistencialista e pouco dialógico.

Já no período pós-redemocratização, sobretudo a partir de 1988, a

extensão foi marcada por duas tendências (Souza, 2010; Fraga, 2017; Reis, 1996): discussões mais aprofundadas sobre a institucionalização da extensão nas universidades, tanto no que se refere a sua conexão com ensino e pesquisa quanto à necessidade de se estabelecer vínculos dialógicos com as comunidades e segmentos sociais para que se efetive o compromisso social das universidades; o período também pode ser caracterizado pela emergência de práticas extensionistas centradas na relação entre universidade, empresa e mercado, bem como na busca pela captação de recursos extra-orçamentários. Este processo, com efeito, esteve relacionado a mudanças mais amplas acarretadas pelo fortalecimento da ideologia e das políticas neoliberais, com suas privatizações, desregulamentações, flexibilização do trabalho, aprofundamento dos processos de mercantilização das IES públicas e de privatização do ensino superior (Minto, 2014).

Estas duas tendências encontraram-se presentes nas numerosas políticas educacionais que se sucederam a partir de então – que, por questão de escopo, não serão retomadas aqui. No âmbito da extensão, merece destaque a própria inclusão desta no texto Constitucional de 1988 – sobretudo no que se refere à indissociabilidade. Além disso, a extensão esteve presente na Lei de Diretrizes Base da Educação, de 1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001 e em 2014. Pode-se dizer que a ideia de extensão como cursos apareceu em todos estes documentos, ainda que de forma discreta na LDB, em seu Artigo 44: “IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”.

O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, foi um pouco mais preciso em relação aos cursos. A extensão, para além das menções derivadas da constituição – questão da indissociabilidade, do reconhecimento da função acadêmica –, também foi materializada como educação continuada entre os objetivos e metas do Plano relativos exclusivamente ao ensino superior. É interessante notar algumas das metas do plano:

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional;
22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão;
23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior seja reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (Brasil/MEC, 2001, p. 36)

Destaca-se, no que se refere à extensão, que a tônica não mudaria substancialmente no PNE de 2014. Sobre os cursos, observamos a mesma ideia de educação continuada de jovens e adultos. Na Meta 9, prevê-se a necessidade de erradicar o analfabetismo no país, e a extensão é mais uma vez posta a participar das ações que buscam à capacitação de populações com baixo nível de escolarização formal, bem como é voltada à formação tecnológica. É interessante notar que, na Meta 12, na estratégia número

12.7, o PNE prevê que as instituições assegurem 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, mantendo o patamar do Plano anterior e evidenciando que, em mais de dez anos de discussões, tal prerrogativa não fora efetivada até 2014. Os cursos, mais uma vez, aparecem como possível modalidade extensionista, focando-se nos processos de educação continuada.

Além do mais, com os processos de mercantilização e privatização das IES públicas, os cursos de extensão geraram discussões acerca da cobrança de mensalidades e da captação de recursos externos às universidades através da venda destes. Para Sebinelli (2004), a extensão é uma função particularmente sensível a estas questões, tanto pela sua dificuldade de financiamento público quanto por ser identificada como função responsável pelo contato entre universidade e segmentos sociais. No que se refere aos cursos, seriam vistos como ferramentas de captação de recursos extraordinários – tanto por parte de docentes quanto de instituições:

As atividades no ensino de extensão, universo conhecido na universidade como de “cursos no âmbito da extensão”, ou simplesmente “cursos de extensão”, alinham-se com este projeto no sentido da pragmaticidade, já que sua proposição depende, ou de demanda identificada pelo docente da área, ou da solicitação de agentes sociais (empresas, laboratórios, ONGs, instituições públicas, como escolas e prefeituras, e os próprios alunos de graduação) (Sebinelli, 2004, p. 19).

Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, os cursos podem ser encarados como práticas ajustadas a um mundo laboral cada vez mais flexível, instável e globalizado, onde a educação continuada ganha uma perspectiva de atualização técnica comanda pelas mudanças rápidas do mercado.

Ainda sobre este debate, por exemplo, convém mencionar uma Proposta de Emenda Constitucional – a PEC 395-A –, apresentada em 2014 e, atualmente, arquivada. Nela, pretende-se alterar a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, que versa sobre a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. A proposta, de forma mais específica, seria autorizar a cobrança, por parte das IES Federais, de cursos de pós-graduação Lato Sensu, como os de aperfeiçoamento e de especialização – em muitas instituições, como a Unicamp, tais cursos são classificados como cursos de extensão e podem exercer cobrança, como demonstraremos adiante. A justificativa à PEC mira as necessidades do setor produtivo e prevê que as atividades de educação continuada “geralmente se dirigem a públicos restritos, quase sempre profissionais e empregados de grandes empresas, constituindo importante fonte de receita própria das instituições oficiais” (PEC 395-A, 2014, p. 2).

Para além destes exemplos sobre os cursos de extensão, não se pode deixar de comentar o trabalho do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) como principal ator extensionista, em termos de desenvolvimento conceitual e de políticas de extensão nas décadas de 1990 e nos primeiros dez anos do século XXI (Diniz, 2012; Souza, 2010). Em nossa aná-

lise ele continua exercendo este papel atualmente (2019). Merece destaque a elaboração do Plano Nacional de Extensão (1999) e da Política Nacional de Extensão (2012), bem como as publicações: “Avaliação Nacional da Extensão (2001)”, “Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004” (2005), e “Extensão Universitária: organização e sistematização” (2007).

De forma geral, é possível dizer que a entidade vem trabalhando em três eixos principais: avaliação da extensão, financiamento da extensão e institucionalização da extensão. Tendo isso em vista, em seu primeiro encontro, em 1987, o FORPROEX definiu extensão como:

o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmicos e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, p. 11)

Nas palavras de Serrano (2013, p. 11), “esta conceituação é expressivamente freiriana, nela encontramos a relação dialética, a sistematidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, a apropriação pelo outro do conhecimento com liberdade para transformá-lo”. Além disso, esta concepção enquadrar-se-ia no que Reis (1996) chama de extensão “Orgânica-Processual”, caracterizada pela processualidade e sistematidade – práticas contínuas e frequentes, ao contrário de práticas isoladas e esporádicas – das ações extensionistas, conectada institucionalmente à pesquisa e ao ensino².

Essa mesma linha seria adotada pela Política Nacional de Extensão (2012), representando o acúmulo dos debates e estudos da entidade. É relevante destacar que o documento, para além das questões de avaliação, institucionalização e financiamento, trouxe à tona o debate acerca da universalização da extensão. Ele possui apelo por maior valorização da extensão, elegendo o poder público e as políticas de educação como centrais ao fortalecimento da função. Pode-se citar a agenda estratégica elaborada, que contou com diretrizes tais quais: incorporação curricular da extensão na graduação; adequada inserção da extensão no Plano Nacional de Educação; regulamentação da extensão em âmbito governamental e institucional; maior reconhecimento da extensão em diversas dimensões universitárias; criação de mecanismos legais estatais e institucionais de fi-

2 Na publicação “Extensão Universitária: organização e sistematização” (2007a, p.17), este conceito foi modificado: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. Apesar da simplificação do conceito, o documento incorporou os outros aspectos presentes na definição citada enquanto dimensões extensionistas.

nanciamento; dentre outros.

Sobre a questão dos cursos, é possível dizer que estes foram reconhecidos pela entidade como práticas importantes de extensão – assim como as iniciativas de educação continuada –, desde que realizados dentro de programas e de projetos extensionistas mais amplos. Para entender esta proposta, precisamos detalhar como a entidade imagina que a extensão deva ser organizada e institucionalizada:

é essencial que uma política de extensão – que inclua conceito, diretrizes, finalidades ou funções – seja definida em instâncias institucionais de deliberação superior das IPES (...) Entre os aspectos a serem normalizados podem ser incluídos o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de servidores docentes nas ações de extensão, as formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão, entre outros (FORPROEX, 2007, p. 19)

Assim, a principal recomendação às universidades era a de que uma política de extensão devia estruturar-se a partir de conceitos e diretrizes claros, debatidos pela comunidade acadêmica e não acadêmica, materializados nos diversos estatutos e regimentos das instituições, com previsão de recursos e condições administrativas (bolsas, editais de financiamento, corpo administrativo adequado, medidas de incentivo, entre outros).

Diante disso, as ações de extensão poderiam ser classificadas em: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (FORPROEX, 2007). Os programas deveriam receber atenção especial, já que seriam um conjunto articulado de projetos e ações de extensão (cursos, eventos, projetos, entre outros), preferencialmente integrados à pesquisa e ao ensino. O programa haveria de ter clareza em seu objetivo e mirar a médio e longo prazo. Já o projeto, segundo em grau de importância, caracterizar-se-ia por uma ação processual e contínua, com caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico. Seu objetivo deveria ser mais específico do que o programa e com prazo determinado.

Além da classificação da extensão nos tipos de atividades, as ações extensionistas deveriam ser enquadradas em áreas temáticas prioritárias, como comunicação, meio ambiente, cultura, saúde, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, educação e trabalho. Ou seja, priorizou-se temáticas relativas aos principais problemas socioeconômicos e ambientais brasileiros, trazendo à tona o debate sobre o compromisso social da universidade. Em resumo, os cursos, preferencialmente, deveriam estar institucionalmente conectados com programas e projetos de extensão mais amplos, assim como apresentar interação com o ensino e a pesquisa. Dessa forma, o fórum reconhece a importância dessa prática extensionista, valorizando-a institucionalmente ao integrá-la – ao menos idealmente – às outras práticas de extensão.

Para finalizar o tópico, gostaríamos de sumarizar algumas das concepções de extensão discutidas aqui – de forma um tanto quanto diluídas no decorrer da abordagem histórica – e adicionar algumas outras. Por exemplo (Reis, 1996; Melo Neto, 2001; Serna; 2004; Fraga, 2012; 2017; Paula, 2013; Souza e Oliveira, 2018; Batista e Kerbauy, 2018): a concepção assistencialista, na qual os acadêmicos buscam oferecer assistência à população através de “repases de conhecimento”, atuação técnica em problemas sociais – ou modelo “altruísta” segundo Serna (2004); a extensão como prestação de serviços às empresas e governos; a extensão comunitária e suas diversas metodologias e perspectivas ideológicas, teóricas e pedagógicas, ressaltando aspectos de dialogicidade e interações com populações marginalizadas; a concepção de extensão como divulgação científica (cursos, eventos, palestras); a ideia de extensão como projeção da função do ensino e da formação técnica a um público que não tem acesso ao ensino (principalmente em formas de cursos); a extensão como vínculo entre universidade e empresa (patentes e transferências de tecnologia); entre outras³.

Além disso, deve-se considerar como ela é institucionalizada e operacionalizada na prática, seu financiamento, formas de integração com ensino e pesquisa, bem como se ela é praticada de forma processual e frequente ou de forma esporádica e “voluntarista”. Atenta-se, também, aos atores e segmentos sociais pelos quais as práticas visam, bem como a forma de interação. É bom destacar que as práticas e concepções citadas não são puras, pois muitas das concepções misturam-se entre si nas práticas concretas e ainda hoje é possível observá-las nas IES e universidades.

OS CURSOS DE EXTENSÃO DA UNICAMP: CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

A partir deste tópico, discutiremos, de forma sintética, alguns aspectos relativos aos cursos de extensão da Unicamp, procurando responder as perguntas e aos objetivos elencados na introdução⁴. Focaremos, a partir de agora, na descrição e na caracterização do objeto de pesquisa, tendo em vista que esse procedimento revela aspectos analíticos interessantes.

3 Temos, ainda, a concepção crítica de extensão, na qual busca-se diluí-la nas outras duas funções, redimensionando a atuação de ambas – concepções trabalhadas de forma distinta por Botomé (1996) e Melo Neto (2001), por exemplo.

4 Os resultados expostos, a partir de agora, referem-se às análises gerais de diversas fontes de pesquisa: relatórios e catálogos da Extecamp (1994 até 2015), normas e regulações da Unicamp sobre os cursos e sobre a extensão, notícias, vídeos e demais documentos de divulgação, entre outros. Procuraremos demonstrá-las e referenciá-las quando necessário. Todas as normas e regimentos relativos aos cursos encontram-se no endereço: <<https://www.extecamp.unicamp.br/portarias.asp>>. Acesso em: mar. 2019.

Podemos começar com a própria definição de “cursos de extensão” para a Unicamp: “toda atividade de ensino acadêmico, técnico, cultural ou artístico, não capitulada no âmbito regulamentar de ensino de graduação e da pós-graduação *stricto sensu* da Unicamp” (CONSU, 1999). Nesse sentido, tais cursos são concebidos por exclusão em relação ao ensino regulamentar oferecido pela universidade, abrangendo diversas modalidades. Reforça-se a ideia, levantada por Souza (2010), de que tal prática extensionista é concebida historicamente como projeção do ensino.

Atualmente, as modalidades de cursos são: 1) Cursos de Extensão: carga mínima de 30 horas-aula, destinam-se a diferentes públicos, e tanto a empresas públicas quanto privadas, além de admitirem diversos níveis de ensino, no que se refere ao pré-requisito; 2) Cursos de Especialização Técnica em nível de 2º grau: carga mínima de 360 horas-aula, destinam-se a graduados em cursos técnicos, e tem por objetivo preparar especialistas em setores restritos das atividades profissionais; 3) Cursos de Atualização Universitária: carga horária mínima de 180 horas-aula, destinados a graduados em curso superior, com o objetivo de atualizar e melhorar as técnicas e conhecimentos de trabalho; 4) Cursos de Difusão: carga mínima de 1 hora-aula, destinados a divulgar assuntos culturais, técnicos e científicos; 5) Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, modalidade extensão universitária: carga mínima de 360 horas-aula para o primeiro e de 180 horas-aula para o segundo. Ambos objetivam preparar especialistas em setores restritos de atividades profissionais e acadêmicas.

Institucionalmente, os cursos de extensão, em todas as modalidades, iniciam-se sob a elaboração de uma proposta por parte de um docente. A vida processual desses cursos segue uma trajetória básica comum: após a realização de uma proposta – um projeto com tópicos e itens pré-definidos por normativas –, esta é submetida aos colegiados internos de cada unidade de ensino e pesquisa da Unicamp para um processo de aprovação. Geralmente as propostas passam pelas Comissões de Extensão e pelas Congregações das unidades (instâncias decisórias). Uma vez aprovadas internamente, estas passam, sob o auxílio administrativo da Extecamp, ao Conselho de Extensão (CONEX), órgão responsável pelo parecer favorável ou contrário. Tal órgão dá pareceres aos cursos de extensão e às propostas de prestação de serviços de pequena monta. Para deliberação, este parecer, assim como a proposta, é encaminhado à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), instância ligada ao Conselho de Extensão (CONSU) da Unicamp – instância máxima de deliberação da universidade.

Uma vez aprovada, cabe à Extecamp e as secretarias de extensão das unidades realizarem a divulgação e, se o curso for bem-sucedido em atrair o número mínimo de alunos previstos no projeto inicial, segue-se com a matrícula e cadastro dos estudantes, com a administração e certificação dos cursos. As únicas exceções a este processo são os cursos de difusão, que apenas precisam passar pela aprovação da Congregação das unidades.

Como é possível notar, tais cursos foram desenvolvidos para atender demandas mais pragmáticas e técnicas de formação continuada, bem como servir de meio para divulgação da ciência praticada na universidade. Além do mais, as modalidades passaram por um processo de regulamentação, diversificação e flexibilização normativa, sobretudo entre os anos de 1996 (cursos de “Extensão 30h”, Especialização e Atualização) e 2004 (Cursos de Difusão).

Tal processo foi justificado, institucionalmente, pela necessidade de ajustar, de forma contínua, os cursos às demandas de determinados segmentos sociais – destacando-se, nesse aspecto, o setor produtivo local, ator consideravelmente visado em âmbito institucional pelos cursos de extensão – apesar da grande diversidade de temáticas e assuntos ofertados. Nesse processo, a Unicamp optou, no final dos anos 1990, por desvincular os cursos de especialização da modalidade Lato Sensu, justamente para possibilitar maior margem de manobra em relação aos critérios de criação, avaliação e gestão destes cursos, e a partir da intenção de torná-los mais ágeis, flexíveis e úteis ao mercado de trabalho e às empresas (Sebinelli, 2004).

Em 2001, com a Deliberação CEPE-A-005, permitiu-se que os cursos fossem realizados em parceria com organizações externas. Além dessa questão, através da Deliberação CEPE-A-006, de 2003, todas as modalidades de cursos de extensão poderiam ser oferecidas a distância. Além disso, há grande flexibilidade de oferta, sendo que os cursos podem ser ofertados dentro de outras instituições, como empresas, organizações da sociedade civil, comunidades, órgãos governamentais, entre outras.

Outro ponto importante: os cursos de extensão possuem uma perspectiva de autofinanciamento, ou seja, realizam cobrança pelo oferecimento, com a possibilidade de realização de descontos ou da gratuidade na oferta. Porém mesmo se ofertados de forma gratuita, os custos são arcados pelos rendimentos gerados em outros cursos pagos. Parte dos valores arrecadados são destinados a cobrir os custos dos cursos – infraestrutura, materiais e equipamentos –, parte deles remunera a hora-aula dos docentes responsáveis, parte é destinado à Extcamp, e, outra, à unidade responsável (institutos e faculdades). Os valores de remuneração dos docentes são definidos por eles mesmos quando se cria um curso, com limitações⁵. Cabe pontuar, também, que há programas de concessão de bolsas a alunos de graduação e pós-graduação para que sejam monitores dos cursos, bem como descontos nos valores cobrados.

Se considerarmos o período entre 1995 e 2015, percebe-se uma evolução da arrecadação: de R\$738.323,00, em 1995, para R\$18.967.108,00,

5 A fixação dos valores pagos às horas-aula deve “ter como limite máximo o correspondente a 10 (dez) vezes o valor da hora de trabalho do Professor Titular MS-6. RTP” (UNICAMP. Resolução GR-030, 2008).

em 2015⁶. É possível notar que, em grande medida, os recursos arrecadados por meio dos cursos provêm de pessoas físicas e não jurídicas: a média dos recursos provenientes de pessoas jurídicas é de 8% (1998-2015). Isso revela que a demanda não provém majoritariamente de empresas ou de entidades com estatuto jurídico que se enquadram nesta categoria, mas de indivíduos que desejam algum tipo de qualificação profissional para inserção no mercado⁷.

Podemos revisitar outros dados a fim de melhor caracterizar os cursos de extensão. Em termos do número de cursos ofertados, entre 2002 e 2014, pode-se dizer que os oferecimentos se mantêm relativamente constantes, em torno de 200 cursos – considerando-se todas as modalidades –, sendo as modalidades de Curso de Extensão de 30 h e Especialização mais representativas. No que se refere ao número de alunos, percebeu-se um crescimento geral: em 1994 haviam 3.953 alunos, já em 2015 havia 8.227 alunos – o patamar médio de 8000 alunos é mantido desde 2008.

Observa-se que, de 1994 a 2015, também há um crescimento do número de disciplinas ofertadas nos cursos de extensão. Se tomarmos a estatística utilizada pela Extecamp, que contabiliza os cursos e as disciplinas contidas nestes (cursos + disciplinas), observa-se a execução de 192 (cursos + disciplinas) em 1994, contra 1217 (cursos + disciplinas) em 2015. Em termos percentuais, um crescimento de 943%. No que se refere às horas-aula, notou-se um aumento significativo nesse indicador. Em 1994, foram ministradas 10.656 horas-aula, contra 126.817 horas-aula em 2015 – uma evolução de 1190%.

Até aqui, a caracterização dos cursos aponta para diversas conclusões: os principais atores extensionistas são os docentes da Unicamp, responsáveis pela proposição dos cursos – escolha das temáticas e assuntos, pedagogias, custos e remunerações – e pela execução desses; a Extecamp e as secretarias de extensão dos institutos e faculdades da Unicamp são responsáveis pela divulgação e pela administração da modalidade. Sendo assim, os cursos dependem da motivação dos docentes, geralmente conectada às dinâmicas próprias relativas às áreas do conhecimento e às temáticas do pesquisador proponente. De fato, em uma análise geral, notou-se que muitos docentes já conhecem o “mercado” de cursos dentro da temática ou assunto proposto, e a dinâmica entre demanda e oferta depende das particularidades das áreas do conhecimento e dos atores sociais visados. Nem todos os cursos propostos são de fato efetivados, pois são dependentes da demanda.

6 Convém destacar que os valores apresentados pelos relatórios (1994-2015) foram corrigidos à inflação com base no ano de 2017 (ano em que a pesquisa foi finalizada). Compilamos alguns dados apresentados nos relatórios anuais da Extecamp, que podem ser acessados em: <<https://www.extecamp.unicamp.br/relatorios.asp>>. Acesso em: mar. de 2019.

7 É importante afirmar que esses valores arrecadados representam percentual bastante diminuto diante do orçamento total da Unicamp (repasso governamental + arrecadação própria), representando 0,007% deste (AEPLAN, 2016).

Institucionalmente, percebe-se pouca conexão, por parte dos cursos de extensão, com outras modalidades e práticas extensionistas, evidenciando relativo isolamento desses em relação à extensão universitária e comunitária da Unicamp. Há pouca conexão institucional e normativa, também, entre os cursos de extensão, ensino e pesquisa, sendo que tais relações, quando ocorrem, são informais. Notou-se também predominância nas questões relativas às demandas do mercado, sobretudo do mercado laboral local, incluindo-se algumas profissões liberais, como medicina e odontologia.

Dito isso, até aqui, pode-se dizer que os cursos de extensão se aproximam das concepções de divulgação científica, prestação de serviços e projeção da função ensino ao público sem acesso à formação convencional.

CURSOS DE EXTENSÃO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

É possível afirmar que os cursos de extensão se apresentam como uma das primeiras práticas extensionistas da Unicamp. Antes de abordarmos este aspecto, é interessante examinar o próprio Estatuto atual da universidade, visto que ele preserva o texto original, de 1969, relativo aos cursos. Se recorrermos ao documento atual, veremos que a extensão, de forma geral, é tratada em dois sentidos (UNICAMP-ESTATUTO, 2015): primeiro, pela apresentação de soluções “corretas” a problemas socioeconômicos a partir da pesquisa; em segundo lugar, pela possibilidade de realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, além da prestação de serviços e assistência a entidades públicas e privadas externas. Em ambos os casos, prevalece uma perspectiva de estender o conhecimento produzido à sociedade, sem menção à ideia de diálogo. Destaca-se a atenção dada, nas letras do Estatuto, à importância do contato com entidades externas organizadas, indicando uma concepção próxima a de prestação de serviços.

No caso específico dos cursos, há a ideia de que este tipo de extensão, aos olhos da universidade, seria uma projeção da função ensino, destinada a demandas específicas do mercado ou das profissões liberais, no sentido da atualização de técnicas de trabalho; observa-se também a noção de que os cursos visariam à “elevação dos padrões culturais da sociedade”. Nos artigos 33° e 34°, define-se este tipo de atividade:

Artigo 33. A Universidade poderá oferecer cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, que terão como objetivo, os primeiros, preparar especialistas em setores restritos das atividades acadêmicas e profissionais e, os últimos, atualizar e melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho. Artigo 34. Os cursos de extensão visarão a difundir conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade (UNICAMP ESTATUTO, 2015, p. 5).

Estamos destacando o documento atual pois, no que se refere à extensão e aos cursos, o documento pouco se modificou em relação à primeira edição do Estatuto da Unicamp, homologado pelo Decreto-Lei Nº 52.255, de 30 de julho de 1969. Dessa forma, as concepções presentes no texto original, de 1969, são muito parecidas com o documento atual – os artigos destacados possuem semelhança literal entre 1969 e 2015. Duas diferenças significativas, no âmbito geral da extensão, são a incorporação da Pró-Reitoria de Extensão e a criação da figura do Coordenador de Extensão, bem como uma tímida ressalva à questão da indissociabilidade. Dessa forma, não são observadas concepções que ressaltem aspectos como a dialogicidade e o compromisso social da universidade, mesmo com os avanços no debate a partir do final da década de 1980.

Esta análise remonta ao próprio projeto de universidade pelo qual a Unicamp foi fundada e desenvolvida. O projeto se desenvolveu a partir de dois eixos centrais (Meneghel, 1994; Sanchez, 1996; Sebinelli, 2004; Castilho, 2008): a constituição de uma universidade moderna de pesquisa e ciência com bases no modelo Humboldtiano – pesquisa “desinteressada” como eixo central – e no modelo universitário norte-americano – interação mais pragmática entre ciência, ensino e pesquisa tecnológica. Nesse sentido, a Unicamp nasceu objetivando conectar-se com seu contexto regional no que se refere à formação de mão de obra capacitada e à prestação de serviços às empresas próximas.

É importante destacar que o surgimento e o desenvolvimento da Unicamp foram possibilitados por sua inserção em uma região nacional economicamente desenvolvida, caracterizando-se, a partir da década de 1960, como um importante polo industrial brasileiro. A extensão nascente visou aos atores do tecido produtivo local, reconhecendo nestes os principais representantes da sociedade (Sanchez, 1996; Sebinelli, 2004). Lembra-se também que a universidade foi influenciada pela Reforma Universitária de 1968, sendo que não podemos compreendê-la, mesmo hoje, sem colocá-la nesse contexto.

É evidente que, ao longo do tempo, o projeto de universidade foi se modificando e se complexificando. Porém, em nossa avaliação, essas ideias ainda estão presentes com significativa força. Por exemplo, em seu site institucional, em comemoração aos cinquenta anos de sua história, uma das principais reportagens exaltou os altos indicadores da pesquisa científica realizada⁸, destacando quantitativamente a importância de sua produção para o país, bem como as boas posições em rankings científicos nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, a mesma reportagem comemorativa destacou:

8 Link: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/10/04/50-anos-contribuindo-com-o-brasil>>. Acesso em: mar. de 2019.

Transformar conhecimento científico em negócios bem-sucedidos também tornou-se uma especialidade entre ex-alunos e ex-pesquisadores da Unicamp. Nos arredores da universidade, empresas de professores, ex-professores e ex-alunos, idealizadas nas salas de aula da universidade, formam a versão brasileira do Vale do Silício, o polo de inovação científica e tecnológica criado em torno de universidades americanas. Essa “Califórnia Campineira” é formada por 434 “empresas filhas”, que proporcionam mais de vinte mil empregos diretos e faturam mais de R\$ 3 bilhões por ano (Jornal da Unicamp, 2016).

Voltando à questão dos cursos de extensão, pode-se dizer que estes estavam, para além do Estatuto, presentes nos períodos iniciais de desenvolvimento da Unicamp. Segundo o site institucional da Escola de Extensão, em 1967, foi criado o Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), concebido como unidade inicial do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). O objetivo do departamento era realizar pesquisas e ministrar cursos – graduação, pós-graduação e cursos de extensão – acerca das teorias e disciplinas relacionadas ao planejamento econômico e social, oferecendo subsídios a profissionais de empresas privadas e a órgãos públicos. No que se refere aos cursos de extensão, a própria constituição do DEPES se deu através de um convênio entre a Unicamp e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Implementou-se, assim, cursos que assessorariam pequenas e médias empresas da região, ministrados por profissionais da CEPAL e por docentes da Unicamp, vigorando até 1972. Destaca-se, também, que muitos profissionais trazidos como docentes destas iniciativas acabaram por participar da própria constituição do Instituto de Economia (Castilho, 2008). Em suma, alguns cursos de extensão, ainda que em formatos administrativos diferentes dos hoje praticados, contribuíram à própria formação do IFCH e do IE na Unicamp.

Na esteira desse projeto, criou-se o Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial (CTAE), que funcionou de 1968 até 1985. Ele foi responsável pela qualificação de técnicos de bancos de desenvolvimento estaduais e pela graduação de consultores industriais através de cursos de especialização:

Uma das formas pioneiras de relação Universidade/empresa deu-se por meio do Centro Técnico-Econômico de Assessoria Empresarial (CTAE). O CTAE integrou, no período de 1968 a 1985, o antigo Departamento de Planejamento Econômico (DEPE) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), desenvolvendo um amplo conjunto de atividades relacionadas com pesquisas e ensino (de extensão e pós-graduação), tendo como foco as pequenas e médias empresas industriais. A difusão do conhecimento na área de estrutura, gestão e estratégia organizacional dava-se por meio de diversos cursos e seminários, com presença ativa de empresários locais (...). As atividades de ensino eram desenvolvidas na forma de cursos de extensão e cursos de pós-graduação. Os cursos de extensão, denominados Cursos Técnicos para Dirigentes de Empresas (CTDEs) abrangiam as áreas de gestão de produção, determinação de custos e preços, finanças e mercadologia. Foram executados 37 cursos com um total de 720 participantes, todos dirigentes ou gerentes de pequenas e médias empresas (Bacic e Souza, 2006, p. 1).

Nessa linha, não só os cursos foram direcionados ao setor produtivo, frisa-se, mas diversas ações foram desenvolvidas na Unicamp, ao longo do tempo, na tentativa de aproximação entre universidade-empresa, como convênios, cursos, eventos, criação de um escritório de transfe-

rência de tecnologia, entre outros.

É importante destacar que, para além desses exemplos importantes do ponto de vista histórico, ao longo do tempo, os cursos de extensão viriam a se fortalecer tanto em termos quantitativos, com o aumento do número de cursos ofertados, quanto qualitativos, com a diversificação das áreas do conhecimento, temáticas, atores sociais envolvidos e tipos de cursos de extensão. Hoje, por exemplo, percebe-se significativamente cursos direcionados à formação de professores e educadores, bem como atualização científica de profissionais liberais, sobretudo na área de medicina. O cenário de expansão dos cursos gerou dificuldades administrativas e de controle sobre a universidade, levando a um processo de definição de regras e critérios mais específicos para o oferecimento da modalidade extensionista (Sebinelli, 2004), culminando nas definições normativas apresentadas no tópico anterior e na formatação atual dos cursos.

Inicialmente, a administração dos cursos de extensão ficava a cargo da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC), pró-reitoria criada em 1986 com o objetivo de estimular e coordenar as atividades de extensão da Unicamp. Contudo, devido ao grande volume de cursos, foi identificada a necessidade da centralização administrativa da modalidade, culminando na criação da Extecamp, em 1989, como um órgão subordinado à pró-reitoria. A partir daí, para além dos debates em torno da melhor forma de regular e administrar os cursos, a Extecamp tornou-se um ator ativo na promoção e na legitimação dos cursos.

Antes de passarmos para o próximo tópico, a fim de debater a atuação da Extecamp, convém pontuar que a extensão na Unicamp apresenta complexidade e diversidade de práticas e concepções, não restringindo-se aos cursos. Como dissemos, há uma pró-reitoria responsável pela coordenação e pelo estímulo à extensão, hoje (2019) chamada de Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)⁹, abrangendo diversos órgãos. Não cabe aqui tratar dessas iniciativas.

Em suma, foi evidenciado que os cursos de extensão se constituem, em termos históricos, institucionais e regimentais, como uma das práticas extensionistas mais reconhecidas e praticadas na universidade; estão presentes desde a fundação da Unicamp, dentro de um ideal de prestação de serviços, de divulgação e comunicação do conhecimento científico e de vinculação entre universidade-empresa. Ao longo do tempo, o processo de diversificação e o aumento dos cursos engendrou a criação da Extecamp, marco histórico importante para a modalidade extensionista na Unicamp.

9 Nossa pesquisa se encerrou no ano de 2017. Porém neste mesmo ano, houve eleição de novo reitor, implicando na troca de equipes nas diversas pró-reitorias. Houve, também, mudanças na pró-reitoria responsável pela extensão, que até então se chamava Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC), e passou-se a se chamar Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

A ATUAÇÃO DA EXTECAMP

Em 1989, o então reitor da Unicamp, Professor Paulo Renato Costa Souza, realizou uma série de ações para centralizar a administração dos cursos, culminando na criação da Escola de Extensão. Assim, surgiu a Extecamp, criada pela Deliberação CONSU-A-027 e regulamentada pela Deliberação CONSU-A-041/1989. O órgão, subordinado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, possui corpo de funcionário próprio e é coordenada por um diretor nomeado pelo reitor da unidade. A Escola possui os seguintes objetivos:

I - coordenar amplamente todo o conjunto dos cursos de extensão da Unicamp, incumbindo-se da operacionalização dos cursos implantados; II - supervisionar e acompanhar os processos de divulgação e realização de cursos de extensão; III - organizar e promover o oferecimento de cursos de extensão uni e pluridisciplinares; IV - instalar, organizar, manter e administrar um sistema de informações sobre os cursos de extensão, publicando seu catálogo; V - propor para aprovação das instâncias competentes as normas operacionais para o oferecimento de cursos de extensão, inclusive no que concerne à fixação de taxas; VI - receber, analisar e consolidar informações relativas aos recursos captados através do oferecimento de cursos de extensão, inclusive quando obtidos por fonte eventual de financiamento e fomento; VII - coordenar a administração da parte que lhe couber dos recursos captados através do oferecimento de cursos de extensão; VIII - buscar a ampliação do alcance de seus cursos, em particular, prevendo condições de acesso para candidatos que não possam pagar as taxas eventualmente fixadas (UNICAMP, Deliberação CONSU-A-002, 1999).

Em resumo, a atuação da Extecamp centra-se na gestão dos cursos, incluindo os processos referentes às matrículas, à proposição de normativas, à coordenação de recursos, à divulgação, entre outros.

Destaca-se que a Escola, em alguns de seus relatórios, tentou justificar e debater questões relativas aos cursos. Em 1998 e 1999, por exemplo, lançou uma interpretação em relação ao processo de crescimento de cursos, elencando os seguintes fatores: crescente demanda do mercado por profissionais qualificados; aumento da oferta de cursos; aumento das iniciativas de divulgação, inclusive utilizando-se de novas formas de publicidade; flexibilização dos mecanismos de oferecimento; e baixo custo relativo (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 1998, 1998; Relatório de Atividades – 1999, 1999). Já os relatórios de 2000 e 2002 destacam:

Por que a atividade de cursos de extensão cresceu tanto? Basicamente por três razões: - a primeira e mais importante, é porque os professores da universidade além de possuírem a competência necessária, se dispuseram a oferecer tais cursos; - a segunda, porque existe uma demanda cada vez maior da sociedade por cursos específicos de curta duração; - e, finalmente, porque a estrutura da Extecamp permite que qualquer professor ofereça cursos (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2000, 2000, p. 4). A análise do perfil dos cursos de especialização mostra que são destinados, em sua maioria a profissionais, que vem procurar na universidade conhecimentos complementares à sua área de atuação profissional, e que pretendem se capacitar individualmente ou levar novos conhecimentos às empresas onde trabalham. Alguns cursos focalizam um público diferente, tal como professores de ensino fundamental e médio, profissionais em saúde da família e qualidade de vida (...) Dentro dos cursos de extensão, tal como esperado ao ser definido o perfil destes cursos, pela deliberação CEPE A5/96, encontra-se o espaço acadêmico, que permite atender demandas variadas da socieda-

de, com total flexibilidade de pré-requisitos, carga horária e preço. Assim, podem ser observados cursos pagos e cursos gratuitos, cursos de maior ou menor duração e com pré-requisitos variados. Cada curso é pensado pelo docente responsável, como uma forma de atender determinada demanda específica da sociedade, seja de caráter social, seja de natureza técnica, artística ou científica (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2001, 2001, p. 9).

Não fica claro, porém, se essas demandas são “previstas” e antecipadas pelos próprios docentes de acordo com familiaridade com determinado setor ou área do conhecimento; ou se as demandas chegam de forma direta aos docentes por parte de segmentos sociais ou indivíduos.

Cabe destacar, nesse sentido, que a Escola desenvolveu, ao longo do tempo, diversas formas e estratégias de divulgação e comunicação. Os relatórios consultados indicam a utilização de diversos meios: lista de e-mails, cartazes, panfletos, canal em redes sociais, propagandas em rádio e TV locais, e o desenvolvimento de um site institucional próprio, o qual conta com um sistema de matrículas. É possível dizer que a Extecamp busca massificar a divulgação, sobretudo para o público da região de Campinas. Em 2003, destacaram-se as iniciativas de divulgação via jornais e televisão. Além disso, foram produzidos 30.000 folders, enviados pelo correio para 2400 empresas interessadas e distribuídos na Unicamp. Em 2010, a Escola começaria a utilizar redes sociais (Facebook e Twitter) para expandir o alcance das propagandas dos cursos (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2010, 2010).

Os relatórios de 1998 a 2002 também expunham alguns gargalos identificados pela própria Extecamp na expansão da oferta de cursos. Seria preciso aumentar a infraestrutura física da Extecamp: necessidade de modernização da infraestrutura administrativa; aumento de recursos orçamentários para a Escola; criação da coordenação de extensão; implementação de cursos a distância, o que se concretizou em 2003; e uma possível unificação das normas relativas aos cursos, pois ao mesmo tempo que a flexibilização foi necessária, criou-se um arcabouço normativo grande e complexo, dificultando a administração e o gerenciamento dos cursos.

É interessante notar que os relatórios colocariam, pela primeira vez, os gargalos em macroperspectiva, em 2000, diante da política nacional de educação:

Devemos lembrar que a lei 10.172 publicada em 09.01.2001, que institui o Plano Nacional de Educação tem entre seus objetivos: “Garantir, nas instituições de ensino superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades de educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional”. A Unicamp, na realidade, já atende a referida lei no que tange à preocupação e à perspectiva dos cursos de extensão como instrumento eficiente e prático de interação social (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2000, 2000, p. 6).

Colocou-se o documento como referência importante para possíveis discussões sobre o modelo. Identificou-se, assim, um engajamento institucional por parte da Escola, que participa das comissões de extensão e ensino da Unicamp, em angariar mais apoio institucional – seja financeiro e administrativo, seja político – para a extensão como um todo e pa-

ra os cursos. Nesse sentido, cabe destacar que a Extecamp contribui de forma significativa aos debates relativos à criação da figura do coordenador de extensão na Unicamp e que toda unidade de pesquisa e ensino deveria possuir esta função.

Em 2014, a Escola de Extensão voltou a justificar e a legitimar a modalidade dos cursos de extensão em seu relatório, sobretudo destacando a gama heterogênea de temáticas e de públicos-alvo alcançados pelos cursos:

A análise do perfil dos cursos de especialização – modalidade extensão, mostra que são destinados, em sua maioria, a profissionais que vem procurar na Universidade conhecimentos complementares à sua área de atuação profissional e que pretendem se capacitar individualmente ou levar novos conhecimentos às instituições onde trabalham. Alguns cursos focalizam um público diferente, tal como professores de ensino fundamental e médio, profissionais da área de informática, engenharias, saúde, economia, administração, esportes e meio ambiente. Dentro dos cursos de extensão, tal como esperado, ao ser definido o perfil destes pela Deliberação CEPE A-5/1996, encontra-se o espaço acadêmico que permite atender demandas variadas da sociedade com total flexibilidade de pré-requisitos, carga horária e preço. Assim, podemos observar cursos pagos e gratuitos, cursos de maior ou menor duração e com pré-requisitos variados (...). A análise dos cursos de extensão oferecidos em 2014 mostra o quadro heterogêneo que caracteriza esses cursos: desde cursos que não tem pré-requisitos até cursos que exigem nível superior dos alunos (...). Os cursos atendem uma gama variada de público e tratam de assuntos diversos, tais como: metodologias de produção, capacitação em saúde, gestão em diversas áreas, música, as línguas, a educação, literatura, meio ambiente e outros (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2014, 2014, p. 26-27).

Percebe-se, assim, como já destacado, um discurso que tenta legitimar a modalidade pela variedade heterogênea de segmentos e públicos atendidos. Os relatórios destacam os desempenhos das áreas biológicas, tecnológicas, humanas e exatas. Cada área, com efeito, haveria de possuir potenciais específicos no que se refere a setores sociais contemplados, destacando-se, a questão da flexibilidade para atender a “clientela”. Apesar da diversidade, atribui-se o sucesso dos cursos às demandas por qualificação pelo mercado de trabalho. Aliás, em nossa análise, a Extecamp privilegia, em muitas de suas ações, o setor produtivo local. Uma iniciativa de destaque foi a criação, em 2013, por parte da Extecamp, de um “banco de talentos”, destinado a colocar os alunos dos cursos de extensão em contato com empresas que estivessem procurando, no mercado de trabalho, profissionais com requisitos específicos de formação (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2013, 2013). Atualmente, no site institucional da Extecamp, tem-se que:

Tem por objetivo atender as necessidades das grandes empresas em encontrarem profissionais capacitados no mercado de trabalho nacional, totalmente on-line, automatizado e dinâmico. O elo entre a empresa e o aluno será criado com o cruzamento de duas informações essenciais: a necessidade da empresa e o conhecimento adquirido pelo aluno em cursos de extensão e especialização, modalidade extensão universitária oferecidos pelas faculdades e institutos de ensino. (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2013, 2013, p. 49-50).

Este banco funciona da seguinte forma: as empresas interessadas, ou demais organizações públicas, por exemplo, se cadastram em uma plataforma online onde fornecem informações acerca de suas vagas e neces-

sidades de contratação. Do outro lado, os alunos de cursos de extensão podem entrar na plataforma e procurar por estas vagas. A Extecamp, assim, atua de forma a oferecer um espaço de agenciamento e contato entre organizações, sobretudo empresas, e os seus alunos. Em termos numéricos, para ilustrar essa ação, tem-se uma evolução de 3.654 alunos cadastrados em 2013 a 6.364 alunos cadastrados em 2015. No que se refere as empresas, havia 77 empresas cadastradas em 2013 e, dois anos mais tarde, 116 empresas cadastradas. Além do mais, em 2015, 1.209 alunos participaram de processos seletivos (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2015, 2015).

A Extecamp demonstrou, ao longo de sua atuação, preocupação com a utilidade dos cursos para o mercado de trabalho e para as empresas. Por exemplo, ao comentar uma de suas avaliações sobre o perfil de ex-alunos, tem-se o seguinte:

O fato de mais de 29,4% dos alunos terem iniciado uma ação empreendedora é muito significativo. Mostra que os cursos contribuem com o enriquecimento e a oxigenação do tecido produtivo regional e nacional. Caso alguma dessas ações signifique a abertura de uma nova empresa, o curso terá contribuído para o aumento do nível de emprego na economia nacional. Essa nova empresa terá o perfil típico que caracteriza os empreendimentos de sucesso no mundo inteiro: iniciados por pessoas com título superior e que trabalham. No trabalho e nos cursos de pós-graduação, frequentemente desenvolvem sua rede de relações. Após alguns anos de trabalho descobrem uma oportunidade (relacionada com sua atividade). Usam os conhecimentos adquiridos no trabalho e na universidade para planejar a forma de aproveitar a oportunidade. Montam um plano de negócios, que dará origem à empresa, que terá dois ou três sócios. Usam sua rede de relações e seus recursos pessoais para sustentar a empresa nos primeiros anos de vida: clientes adiantam recursos para os pedidos, fornecedores dão crédito, as economias pessoais de sócios, parentes e amigos, sustentam o início do empreendimento. Após 3 anos de vida esses empreendimentos geram em média 30 empregos. Concluindo, segundo análise dos resultados da pesquisa, os alunos dos cursos de extensão e especialização conseguem, com a participação nos cursos, melhorar sua atuação profissional e o andamento de sua carreira profissional, introduzir inovações técnicas e gerenciais em suas empresas (entendidas como novas técnicas ou conceitos de gestão), enriquecer sua rede de relações pessoais e profissionais e apresentar atitudes positivas em relação à atividade empreendedora (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2005, 2005, p. 45).

Este exemplo ilustra um padrão verificado em muitos dos relatórios da Escola e na forma em que avalia a utilidade dos cursos perante os egressos.

Além deste ponto, pode-se trazer à tona o debate sobre o autofinanciamento e a cobrança dos cursos. Em 2002, a Extecamp tentou justificar a perspectiva do autofinanciamento:

A deliberação CEPE A5/96 exige que cada proposta de curso apresente planilha de custos e receitas. O objetivo é possibilitar o autofinanciamento de cada curso, dado que, pelo seu caráter extraordinário, o oferecimento dos cursos de extensão não deve comprometer o financiamento das atividades regulares da Universidade. Assim, para cada proposta é orçado o custo. A esse custo acrescentam-se as taxas previstas: AIU, PIDS, FAE e Funcamp (p. 12) A maioria dos cursos e matrículas se concentrou, em primeiro lugar, na faixa de R\$6,00 a R\$12,00, e, em segundo lugar, na faixa de R\$ 12,00 a R\$ 18,00 por hora aula. Este valor é bem menor que o valor de mercado para cursos de especialização, nas escolas consideradas de primeira linha. O baixo valor cobrado, permite assim ampliar a oferta e aumentar o acesso aos cursos de especialização. Além de contribuir com a difusão de inovações e o enriquecimento do tecido de relações pessoais e profissionais, os cursos tiveram o papel de despertar os alunos para desenvolver ações empreendedoras (por exemplo: abertura de novo negócio) (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2002, 2002, p. 13).

Nesse aspecto, legitima-se a cobrança pela oferta de cursos diante da constatação de que esta modalidade é “de carácter extraordinário” e, por isso, não poderia comprometer o orçamento regular da universidade. Além do mais, o relatório põe em perspectiva a vantagem que a Unicamp possui em relação a outras instituições no que se refere à oferta de cursos de especialização: menor preço e maior qualidade.

Em 2003, a Extecamp realizou uma pesquisa com diretores das unidades sobre a utilidade dos recursos provenientes de cursos de extensão (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2003, 2003). As respostas apontaram que os recursos captados seriam “de extrema importância para o bom desenvolvimento de suas atividades acadêmicas (graduação e pós-graduação) e administrativas” (UNICAMP, EXTECAMP, Relatório de Atividades – 2003, 2003, p. 39). Destaca-se, também, que algumas unidades apontaram a importância dos cursos para “inovação acadêmica” e que os recursos estimulam a inovação. Outras respostas afirmaram que utilizavam os recursos com despesas da graduação e da pós-graduação, bem como para bancar alguns eventos acadêmicos e melhorias básicas de infraestrutura. Nesse sentido, tais recursos seriam “quebra-galhos” orçamentários. Em contraposição, uma única unidade, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), através de suas instâncias deliberativas internas, decidiu não oferecer esses tipos de curso, pois posicionaram-se contrários à forma “mercantil” da modalidade.

Em conclusão, a atuação da Extecamp, desde sua criação, centrou-se na gestão e na institucionalização da modalidade dos cursos de extensão, atuando sempre na expansão da capacidade administrativa e de infraestrutura, bem como na divulgação dos cursos. Nesse sentido, realizou diversas ações e fez uso de diversos meios para tal, explorando uma gama heterogênea de segmentos sociais que perpassam pelo setor público e educacional, por profissionais liberais e pelo setor empresarial local, apesar de, em nossa análise, privilegiar, em muitas ações e discursos, o último segmento. É necessário ponderar que a Escola procurou conectar-se às outras ações de extensão, contribuindo em algumas discussões sobre a função desta na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou demonstrar que os cursos de extensão são práticas que, historicamente, incidem sobre a trajetória extensionista brasileira. Porém, a depender do ator que os executa e do contexto socioeconômico e político interno e externo às universidades, aparecem sob diferentes concepções extensionistas, visando segmentos sociais e objetivos diferentes. Contudo, é possível afirmar que os cursos de extensão foram constituindo-se enquanto práticas que buscam projetar a função en-

sino. Tanto é assim que, na Unicamp, são definidos como atividades de formação que escapam da graduação e da pós-graduação, tradicionalmente realizadas.

Na Unicamp, os cursos de extensão, em suas diferentes modalidades, estiveram presentes na própria origem da universidade, pautados por um ideal de relação entre universidade e sociedade baseada na ideia de divulgação do conhecimento científico e de prestação de serviços. Ao longo do tempo, os cursos foram se diversificando. Não à toa, a partir da criação da Extecamp, em 1989, observou-se um processo de regulação e institucionalização da prática, aliada à diversificação e flexibilização de modalidades.

Sobre a Escola, é possível concluir que, atuando na gestão dos cursos, vem buscando legitimar e potencializar a oferta destes, sobretudo no que se refere à ligação com interesses do mercado de trabalho à necessidade de atualização profissional de profissionais liberais. A Extecamp busca também legitimar a prática extensionista na universidade. Observamos que o caráter autofinanciado desperta uma discussão importante: verificou-se que os montantes arrecadados são utilizados para a manutenção da própria atividade, bem como funcionam como “quebra-galhos” orçamentários às unidades.

Por fim, percebeu-se pouca integração institucional da modalidade com os projetos e programas de extensão existentes, bem como com o ensino e a pesquisa. Nesse sentido, pode-se dizer – de acordo com a trajetória histórica, a normatização e a atuação da Extecamp, como afirmado ao longo do texto – que os cursos de extensão se aproximam das concepções de integração universidade-empresa, prestação de serviços e divulgação do conhecimento científico, ainda que possuam grande heterogeneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEPLAN - UNICAMP. Anuário Estatístico 2016: base 2015, Campinas, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2016/anuario2016.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2016.
- BACIC, Miguel Juan; SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira. Introdução. In: BACIC, Miguel Juan; SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira. Casos e Conceitos em Gestão de Pequenas e Médias Empresas Industriais, Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A gênese da Extensão Universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018.
- BOTOMÉ, Sílvio Paulo. Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: o equívoco da extensão universitária, Petrópolis: Vozes, 1996.
- CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu (org.). O conceito de Universidade no Projeto da Unicamp, Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. A universidade Crítica: o ensino superior na república populista, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporária: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- DINIZ, Flávio Pereira. A extensão universitária como instrumento de política pública. 140 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto-Lei nº 52.255, de 30 de julho de 1969. Baixa os Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52255-30.07.1969.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- FAGUNDES, José. Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas, Campinas: Editora Unicamp, 1985.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FORPROEX, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UNB, Brasília, 1997. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Belo Horizonte: PROEX/UFGM, 2000.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte, Coopmed, 2007.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004, Belo Horizonte: COOPMED. Belo Horizonte, 2007.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O Plano Nacional de Extensão Universitária, Coleção Extensão Universitária, 2015.
- FRAGA, Laís Silveira. Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. 242f. 2012. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- FRAGA, Laís Silveira. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 22, n. 2, p. 403-419, 2017.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.
- IRELAND, Timothy Denis. Educação de jovens e adultos e extensão universitária: primos pobres? Aproximações para um estudo sobre a educação de jovens e adultos na universidade. In: MELO NETO, José Francisco de (Org.). Extensão Universitária: diálogos populares, 2002.
- JORNAL DA UNICAMP. 50 anos contribuindo com o Brasil. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/10/04/50-anos-contribuindo-com-o-brasil>>. Acesso em: mar. de 2019.
- MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: uma análise crítica, João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2001.

MENEGHEL, Stela Maria. Zeferino Vaz e a Unicamp: uma trajetória e um modelo de universidade. 203 f. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MINTO, Lalo Watanabe. A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior, São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de Extensão Universitária Brasileira, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Fernando; GOULART, Patrícia Martins. Fases e Faces da Extensão Universitária: rotas e concepções. Revista Ciência em Extensão, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

PIMENTEL, Geysa Alves. Universidade e Políticas de Extensão no Brasil do Governo Lula: período de 2003 a 2010. 281 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REIS, Renato Hilários dos. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. Linhas Críticas, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 19.581, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 5540, de 28 novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/ MEC Lei, nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 jan. 2017.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/ Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 395-A, de 09 de abril de 14. Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade, Proposta de Emenda à Constituição. Brasília, 2014.

SANCHEZ, Luz Helena Toro. A Extensão Universitária: o histórico da experiência da Unicamp. 162 f. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SEBINELLI, Rosa Maria Martins Gobbi. Política de Extensão Universitária: o debate nacional e a experiência da Universidade Estadual de Campinas. 161 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SERNA, Gonzalo. Modelos de extensión universitaria en México. Revista de la Educación Superior, v. 33, n. 131, p. 77-103, 2004.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 08, 2013.

SOUZA, Ana Luíza Lima. A História da Extensão Universitária. Campinas: Editora Alínea, 2010.

SOUZA, Tiago Zanquêta; OLIVEIRA, Maria Waldenez. Pensar a universidade: um olhar a partir da extensão popular. Revista Iberoamericana de Educación, v. 76, p. 239-256, 2018.